

» CONVENÇÃO EMPRESARIAL do CENTRO

V CONGRESSO DOS EMPRESÁRIOS DO CENTRO

Pacto para a Nova Centralidade

A CEC – Câmara de Comércio e Indústria do Centro, enquanto União de 39 Associações Empresariais dos Distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu, representando mais de 42.000 empresas da região Centro tem-se vindo a assumir, cada vez mais, como um parceiro regional privilegiado das Empresas, das Associações e da Administração Central, Regional e Local. Neste contexto, constituiu-se como uma plataforma aberta e eficaz, transparente e rigorosa, de transferência de conhecimentos, contactos e experiências, e como interlocutor fundamental do desenvolvimento empresarial do Centro.

Na prossecução dos seus objectivos estatutários, a CEC - Câmara de Comércio e Indústria do Centro definiu, como uma das suas orientações estratégicas, a promoção de um modelo de desenvolvimento sustentável da Região capaz de afirmar uma Nova Centralidade. Para a criação desta Nova Centralidade parte-se dos seguintes pressupostos:

A região Centro assume-se como uma nova centralidade da articulação interna e externa do território nacional, corrigindo as actuais linhas de fractura que marcam a organização territorial, económica e demográfica da região: uma primeira linha de fractura entre o litoral e o interior, que o novo sistema de acessibilidades pode vir a alterar se for acompanhado de medidas de política complementares que desloquem na direcção do interior alguns dos factores de localização que beneficiam as zonas litorais; uma segunda linha de fractura que decorre do sistema territorial bicéfalo que, a sul e a norte, nas zonas metropolitanas de Lisboa e Porto, exerce uma enorme pressão sobre as estruturas económicas e demográficas da região Centro.

Ao nível dos Recursos Humanos verifica-se uma situação de reduzida taxa de desemprego, bem como uma forte escassez de quadros intermédios e operários qualificados capazes de responder às necessidades das empresas e da indústria em particular. Verifica-se ainda dificuldade no estabelecimento de formas de cooperação entre o sistema de ensino e o sistema empresarial, tornando-se, por isso, vital desenvolver, na região, formação que responda às necessidades das empresas, nomeadamente de nível intermédio, e fomente a ligação dos sistemas de ensino com o mercado empresarial.

A região Centro deve apostar na qualidade da formação formal e profissional, começando pelos níveis de ensino básico e secundário, efectuando uma forte aposta no ensino técnico e promovendo o desenvolvimento do ensino superior e das actividades de Investigação e Desenvolvimento, com grande atenção aos programas que garantam a “aprendizagem ao longo da vida”.

Um novo modelo de desenvolvimento, gerador de uma Nova Centralidade, tem de se basear na incorporação nas empresas de recursos humanos altamente qualificados, dotados de capacidade gerais na matemática, no português, em línguas estrangeiras e na informática, de competências transversais (comunicação, pesquisa, análise, síntese e resolução de problemas) e de novas

qualificações técnicas associadas às novas tecnologias, aos sistemas de informação e de comunicação. Estas são condições para uma evolução rápida da produtividade.

A região Centro distingue-se no contexto nacional por possuir uma notável capacidade empresarial, onde coexistem empresas dinâmicas, certificadas e internacionalizadas, com um vasto tecido de micro-empresas (MPE) muito flexíveis que requerem factores que as dinamizem. É portanto fundamental apostar na criação de uma rede de apoio às MPE que garanta não só a sua sobrevivência, como o seu desenvolvimento e crescimento.

Nos últimos anos o crescimento económico na região, e em Portugal, tem assentado fundamentalmente no crescimento do emprego, com a produtividade a aumentar a um ritmo inferior. O novo modelo de desenvolvimento obriga a inverter as posições dos factores de crescimento, ou seja, a produtividade deverá tornar-se o principal factor de crescimento.

O novo modelo de crescimento supõe um novo padrão produtivo, mais adaptado às tendências da globalização da economia, assente em factores de competitividade mais centrados na qualificação dos recursos humanos e na sua capacidade para compreender e utilizar os sistemas de informação e de comunicação. Introduce ainda o conceito de flexibilidade económica, o que só será viabilizado se o País dispuser de um tecido de PME com capacidade para se ajustarem a essas alterações. Como pilar fundamental do novo modelo está o reforço da capacidade de inovação das empresas e de I&D.

O apoio ao empreendedorismo deverá ser centrado numa lógica de rede, intervindo nos domínios material e imaterial, melhorando as condições de desenvolvimento de ideias de negócio, instalação das empresas e acesso a conhecimento e capital, nomeadamente através de uma rede regional de pólos de localização e apoio aos empreendedores. É este, aliás, o contexto para reforçar a capacidade de inovação das empresas e de I&D, para aumentar a penetração em actividades e segmentos das cadeias de valor mais ricos, especialmente as respeitantes aos recursos naturais, que tornem a região mais atractiva para o investimento directo internacional, fomentando o estabelecimento de uma estrutura regional de interface entre o sistema científico e tecnológico e as empresas.

Os recursos naturais, ambientais e energéticos devem ser geridos numa perspectiva económica, mas no respeito escrupuloso pela sua conservação e valorização. Torna-se imperativo reabilitar a floresta e a água como factores estratégicos e como imagem de marca da região e promover o turismo de qualidade com base nesses recursos.

A região apresenta um potencial assinalável de produção energética a partir de fontes renováveis, vital ao estabelecimento de condições para o desenvolvimento económico de actividades em torno deste cluster, incluindo as actividades emergentes associadas ao mar.

A região Centro é um espaço de grande diversidade territorial e produtiva onde coexistem e se interligam sistemas urbanos territoriais e sistemas produtivos com diferentes padrões de especialização. A rede de infra-estruturas deve por isso ser configurada numa lógica de complementaridade e intermodalidade, tirando partido da base demográfica assim potenciada. Isso pressupõe a construção de uma rede de acessibilidades bem estruturada, dotada de intermodalidade, operacional e coerente com aquele modelo territorial.

A oferta de infra-estruturas na região Centro, na perspectiva das carências e do desempenho, deve por isso ser feita à luz da estrutura policêntrica do sistema urbano, e tendo em conta a localização dos sistemas produtivos locais. A construção ou renovação de infra-estruturas produtivas deverá decorrer da coerência com o padrão produtivo das várias sub-regiões que constituem a região Centro. Consequentemente, é urgente o fecho da malha reticular que liga as várias cidades da região entre si, em complemento da finalização dos grandes eixos rodoviários que atravessam a região, garantindo-se a qualidade das acessibilidades, em perfil de auto-estrada, às capitais de distrito, salvaguardando as ligações das demais cidades àquelas vias. Deverá ser igualmente dinamizado o transporte ferroviário, criando e potenciando ligações aos nós previstos do traçado de Alta Velocidade. Na verdade, esta estratégia permitirá potenciar e racionalizar a utilização de infra-estruturas e equipamentos públicos.

CONVENÇÃO EMPRESARIAL do CENTRO

V CONGRESSO DOS EMPRESÁRIOS DO CENTRO

As autarquias têm um papel fundamental na promoção de alguns dos factores essenciais para o desenvolvimento empresarial: urbanismo de qualidade, ordenamento do território municipal, garantia de níveis elevados de qualidade de vida e de bem-estar dos cidadãos, gestão dos espaços económicos sem prejuízo dos objectivos de preservação do ambiente.

O reforço da capacidade competitiva da região, e dos seus agentes, aponta para uma forte necessidade de reforço das parcerias entre os vários sectores institucionais, designadamente entre o sector público e o sector privado, viabilizando múltiplas soluções organizativas. Tais parcerias são a forma organizativa mais adequada à articulação de investimentos infraestruturais com uma componente de construção e uma componente de serviço, informação e organização. A relação das associações empresariais com a administração autárquica deve colocar-se sobretudo no plano da procura comum de objectivos de desenvolvimento a nível local e regional.

Defende-se, neste contexto, a promoção de uma cultura de intermunicipalidade em que uma visão coerente, complementar e solidária dos espaços sub-regionais onde as pessoas vivem e as empresas funcionam se sobreleve à simples visão local, isolada e, eventualmente, egoísta. A atracção de investimentos e a captação de novas unidades empresariais carecem de parcerias de vária ordem que assegurem dimensão, qualidade e serviço. A qualidade das soluções passará também pelo estabelecimento de parcerias público-privadas que permitam níveis de gestão eficiência e eficácia adequados às necessidades, ultrapassando por esta via os constrangimentos naturais da administração pública, quer ao nível da vocação, quer ao nível da competitividade.

A região deve desenvolver factores de localização e de atracção coerentes com uma imagem de marca própria de uma região diferenciada que afirme a qualidade do desenvolvimento regional. Isso passa, designadamente, por: urbanismo de qualidade, inclusão social, fáceis acessibilidades às duas áreas metropolitanas e a Espanha, ambiente aprazível e saudável, condições para o desenvolvimento do teletrabalho, oferta de infra-estruturas e equipamentos sociais, dinamização cultural. De igual modo deverá ser fomentada uma gestão regional de acções concretas de dinamização e atracção de investimento e novas empresas.

O estímulo ao desenvolvimento do empreendedorismo terá de ser parte integrante de uma cultura de iniciativa e de cidadania, transversal a todo o sistema de ensino, tendo condições especiais de aprofundamento no ensino universitário e politécnico, na linha de experiências positivas já conhecidas em matéria de criação de empresas.

A política de cooperação internacional deve privilegiar as relações com Espanha. A cooperação internacional tem ainda que intensificar as trocas com as regiões da Europa, com os Países de expressão Portuguesa e com os Países atlânticos, aproveitando, em especial, as afinidades culturais e a presença de comunidades Portuguesas.

A nova centralidade para a região visa a criação de uma estrutura produtiva moderna e bem integrada no mercado, interno e externo, desenvolvendo clusters exportadores competitivos, onde o investimento externo à região tem um importante papel a desempenhar. Para isso, é crucial que as empresas adoptem estruturas mais flexíveis e descentralizadas, baseadas em equipas e alianças, estimulando os colaboradores a reagir a novas oportunidades e vantagens competitivas, a uma escala global.

A Administração Central desempenha um papel crucial na afirmação de uma Nova Centralidade, pelo que:

É ponto essencial a reforma da Administração, através de uma relação coerente e articulada com as pessoas, as empresas e os territórios, que harmonize com aqueles a presença dos serviços desconcentrados do Estado. Uma maior transparência na concepção e execução dos programas de investimento plurianuais, sobretudo os que têm um efeito estruturante sobre a economia da Região Centro, numa perspectiva de médio prazo. Essa reforma deve dar muita atenção aos factores que afectam negativamente a competitividade e que têm origem no próprio funcionamento da administração do Estado, sobretudo na sua relação com o sector empresarial: tempo excessivo dos licenciamentos,

regulamentações excessivas, atrasos nos pagamentos a fornecedores, sistema de justiça bloqueado.

É também pedra basilar uma reforma fiscal assente em princípios de justiça social e de transparência e orientada para a correcção dos constrangimentos específicos das empresas, premiando os que produzem e criam riqueza e penalizando os que assentam a sua presença no mercado através da fuga aos impostos, criando uma situação insuportável de ineficiência. A política fiscal deverá ser encarada como um dos instrumentos de atracção e localização de actividade empresarial nas regiões do interior.

O Estado deve olhar atentamente para os actuais problemas do mercado de trabalho, criando condições para compromissos laborais incentivadores e produtivos, estipulando incentivos aos criadores de emprego, e, em definitivo, resolver a questão da imigração ilegal, através de políticas que promovam a integração e o uso da mão-de-obra necessária, de acordo com as suas habilitações e competências.

O papel do Estado na aproximação dos sistemas do ensino e do emprego é, igualmente, essencial para o desenvolvimento e para a capacidade de criação de riqueza.

A administração deve continuar a melhorar a facilitação dos actos legais e notariais, eliminando as actuais barreiras processuais e administrativas ao desenvolvimento das empresas, nomeadamente através do recurso às Tecnologias de Informação.

A Nova Centralidade consubstancia-se numa ideia de desenvolvimento sustentado para o território - a Região Centro de Portugal - que promova o envolvimento e empenho de todos os agentes de desenvolvimento, incluindo as Empresas, as Associações Empresariais, as Autarquias, as Universidades, os Institutos Politécnicos e a Administração Central.

Nova Centralidade expressa por um pacto, um compromisso, um contrato que sobreviva a ciclos económicos e políticos e que afirme:

Uma Região que é Central porque identificada com um território de qualidade, com coesão e solidariedade;

Uma Região que é Central porque detém competências e saberes que a tornam inovadora e criativa;

Uma Região que é Central porque se afirma e ganha visibilidade no plano nacional e internacional.

Este compromisso pretende aglutinar os agentes de desenvolvimento no desígnio comum, de transformar a Região Centro de Portugal, até ao ano de 2015, numa das regiões mais competitivas de Portugal e da União Europeia, num quadro de qualidade ambiental, coesão e responsabilidade social.

Define uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentado que assenta em três pilares:

As Pessoas;

A Sociedade Civil; e

O Estado.

O Pacto para a Nova Centralidade é um documento construído a partir de uma ideia de Desenvolvimento aprovada por mais de 1.000 empresários em Congresso, com os contributos e concordância de mais de 120 Organizações da Região Centro de Portugal. Partindo de objectivos estratégicos, organiza-se em domínios de intervenção e metas, que vão desde as qualificações até às acessibilidades, passando pelo fomento do empreendedorismo e da aposta na inovação. Este Pacto estabelece domínios de intervenção materiais e imateriais, orientados para o reforço da competitividade, afirmação e coesão do território.

Assim, prossegue-se o desígnio comum com os seguintes objectivos de liderança:

CONVENÇÃO EMPRESARIAL do CENTRO

V CONGRESSO DOS EMPRESÁRIOS DO CENTRO

- I. Qualificação formal e aprendizagem ao longo da vida da população da Região Centro de Portugal com vista à sociedade do conhecimento;
- II. Criação de uma economia competitiva e sustentável, com um crescimento que retome a dinâmica de convergência, através de novos e emergentes padrões de actividade geradores de emprego qualificado;
- III. Protecção e valorização do ambiente e do património natural da Região Centro de Portugal, constituindo-os num forte factor de diferenciação positiva;
- IV. Estruturação do território e qualificação do meio para criar bem-estar e qualidade de vida na Região Centro de Portugal;
- V. Criação de uma dinâmica de coesão social, de responsabilidade individual e de iniciativa;
- VI. Intensificação da cooperação internacional para afirmar e dar visibilidade à Região Centro de Portugal.

Para a prossecução dos objectivos referidos, considera-se necessário intervir com acções materiais e imateriais, orientadas para o reforço da competitividade, nos seguintes onze domínios:

1. Reforço da qualidade da formação e aprendizagem ao longo da vida, adequando as qualificações às necessidades, nomeadamente as técnicas e tecnológicas, da Região Centro de Portugal;
2. Estabelecimento de redes, canais de comunicação e programas integrados de cooperação entre o sistema científico e tecnológico e o tecido económico da Região Centro de Portugal;
3. Criação e gestão integrada de rede multipolar de espaços de incubação, alimentados por iniciativas de fomento ao empreendedorismo, especialmente o de base tecnológica, associadas aos pólos de ensino superior existentes na Região Centro de Portugal;
4. Suporte à criação de novas empresas através da dinamização de uma estrutura de Capital de Risco, de um sistema de garantia mútua e do fomento de uma rede de "business angels" na Região Centro de Portugal;
5. Afirmção de clusters emergentes de actividade económica, mais sintonizados com a dinâmica do comércio internacional, geradores de maior valor acrescentado e onde se incluam os novos materiais, recursos florestais, saúde e bem estar, TIC e turismo;
6. Criação das condições para o estabelecimento de liderança nacional no aproveitamento dos diferentes tipos de energias renováveis;
7. Incremento do nível das acessibilidades, nomeadamente ligando todas as principais cidades por auto-estrada, e as restantes e os mais significativos aglomerados urbanos àquelas vias;
8. Aumento da mobilidade de pessoas e mercadorias através de sistemas dotados de intermodalidade logística, pela integração de portos, aeroportos, vias rodoviárias e ferroviárias;
9. Desenvolvimento de uma cultura de maior exigência e cidadania mais activa, com maior capacidade de iniciativa e de assumpção da responsabilidade individual;
10. Acréscimo das exportações da Região Centro de Portugal pelo reforço da qualificação da actividade económica e por uma nova ambição na abordagem aos mercados;
11. Captação de IDE potenciador de dinâmicas de desenvolvimento sustentável na Região Centro de Portugal.

A partir dos objectivos estratégicos definidos, constituiu-se um conjunto de metas a atingir até 2015, capazes de mobilizar os agentes de desenvolvimento para a afirmação da Nova Centralidade que, a título exemplificativo, se enunciam:

Atingir os 50% dos activos regionais, entre os 25 e 64 anos, com 12 anos de escolaridade ou equivalente (reconhecimento de competências). Actualmente com 12 anos Escolaridade Formal, Portugal: 20% e UE: 60%.

Contribuir em 25% para o PIB nacional. Actualmente 14%/19% (consoante se considere a NutII com 10 ou 12 NutIII).

Duplicar as receitas do turismo – alojamento e restauração – ultrapassando os 125 Milhões de Euros.

Ter pelo menos 15 incubadoras com oferta e gestão integrada.

Ter uma Capital de Risco regional, estar associada a um sistema de garantia mútua e criar uma rede de pelo menos 60 empresas como “business angels”.

Integrar critérios ambientais, energéticos e de certificação de qualidade em, pelo menos, 40% dos contratos de aquisição de bens e serviços.

Monitorizar a presença de substâncias perigosas para a saúde pública no ambiente e, em particular, na cadeia alimentar.

Reduzir em 50% a sinistralidade regional.

Reduzir em 50% a exclusão social e as ocorrências de violência doméstica e convergir para a média da UE nos níveis de toxicod dependência, alcoolismo e maternidade precoce.

Integrar no ensino e aprendizagem de todos os jovens até aos 24 anos, conteúdos que promovam uma nova atitude de iniciativa, responsabilidade individual, cidadania activa e compreensão do desenvolvimento territorial sustentável.

Aumentar o peso das exportações em 40% do PIB regional.

A monitorização do Pacto para a Nova Centralidade requer um quadro institucional que corporize um fórum regional de articulação, viabilização e mobilização das propostas dos vários agentes de desenvolvimento subscritores, que permita acompanhar a sua evolução e progresso à luz dos objectivos, das metas e da dinâmica criada com a sua execução.

É motivação principal deste Pacto mobilizar Pessoas, Sociedade Civil e Estado para uma ambição:

Termos uma Região Centro de Portugal com coesão e solidariedade territorial, económica e socialmente criativa e inovadora, com cultura e identidade partilhadas, capaz de reforçar o orgulho na Região com que nos identificamos.

Uma nova ambição que exige:

Uma Nova Atitude de responsabilidade individual, de iniciativa e interesse colectivo regional, capaz de afirmar uma Nova Centralidade!